

A. I. Nº - 943135-710
AUTUADO - RAIMUNDO TOMAZ DE AQUINO
AUTUANTE - PEDRO OLINTO CARVALHO PEREIRA
ORIGEM - IFMT NORTE
INTERNET - 10/10/2011

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0215-03/11

EMENTA: ICMS. NULIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. Embora possa estar comprovada a irregularidade apurada, a autuação não foi feita em nome do detentor da mercadoria em situação irregular, o transportador. Auto de Infração **NULO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 09/06/2009, refere-se à exigência de R\$1.965,60 de ICMS, acrescido da multa de 100%, em razão do transporte de mercadoria (vinte e um bovinos) com destino a matadouro localizado no Estado da Pernambuco, desacompanhada de documentação fiscal. Consta, ainda, que foi apresentado documento fiscal após o início da ação fiscal. Lavrado o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos de nº 147616 (fl. 02).

Em 10/07/2009 foi lavrado Termo de Revelia (fl. 24), constando que o sujeito passivo deixou transcorrer o prazo de trinta dias a partir da data de ciência da autuação, sem apresentar defesa nem efetuar pagamento ou fazer depósito do montante integral do débito apurado.

À fl. 27, o PAF foi encaminhado à IFMT/NORTE pela GECOB/DÍVIDA ATIVA, para intimar o autuado no endereço constante à fl. 26 do PAF, porque somente a empresa que figura como fiel depositária e os sócios desta é que foram intimados.

O autuado foi intimado, conforme fl. 28 do PAF, e apresentou impugnação às fls. 32/33 do PAF, alegando que no dia 08/06/2009 vendeu à empresa Na Rotta do Boi Norte Nordeste Agropecuária Ltda., Inscrição Estadual nº 77.910.171, vinte e um bovinos para abate. Diz que o comprador solicitou que fosse emitida a GTA (Guia de Trânsito Animal) em nome de seu cliente José Inaldo Torres de Brito, com endereço no Matadouro Paulista, cidade de Paulista – PE, o que foi feito, conforme GTA 199914. No dia seguinte (09/06/2009), o caminhão da referida empresa, que transportava o gado para o seu destino foi apreendido no Posto Fiscal de Bendegó-BA, pelos fiscais que estavam de plantão naquela data, informando ao motorista que a nota fiscal apresentada encontrava-se sem o DAE, e que deveria ser pago o imposto de forma antecipada. Assegura que a empresa compradora é conceituada no mercado de compra e venda de bovinos, possui inscrição estadual e sua nota fiscal é idônea, não havendo motivo para apreensão da mercadoria, uma vez que constava nos dados adicionais da nota fiscal apresentada, o número da GTA e o valor do ICMS que seria pago posteriormente. Diz que não é verdadeira a informação do autuante de que a nota fiscal não acompanhava a mercadoria no momento da ação fiscal, tendo em vista que o posto fiscal parou o veículo para carimbar a Nota Fiscal de nº 0070, que acompanhava a GTA 199914. Afirma que a mencionada Nota Fiscal não estava acompanhada de DAE, porque a empresa destinatária possui prazo legal para efetuar o pagamento do ICMS. Também informa que não restou outra opção ao destinatário, que solicitou à SEFAZ em Feira de Santana, onde está localizada a sede da empresa, a emissão de DAE no valor do imposto relativo à NF 0070, sendo pago em dinheiro e, posteriormente, levado aos fiscais na cidade de Bendegó – Bahia, a 260 km de Feira de Santana, para que fosse liberado o gado apreendido. O defendente entende que o Auto de Infração deveria ser lavrado em nome da empresa Na Rotta do Boi Norte Nordeste Agropecuária Ltda., considerando que o imposto foi pago em nome da mencionada empresa, que prometeu enviar o referido DAE à Infaz Feira de Santana para que fosse providenciada a transferência de nome para o autuado. O defendente pede a improcedência do

presente Auto de Infração, reafirmando que a nota fiscal acompanhava a mercadoria e o caminhão parou no posto fiscal para efetuar o carimbo no documento fiscal, quando foi surpreendido pela decisão do autuante. Juntou às fls. 36/37, cópias do DAE e do comprovante de pagamento do imposto exigido, efetuado em 09/06/2009.

De acordo com os documentos às fls. 41 a 43 foram solicitadas e autorizadas alterações dos dados constantes nos campos 1 e 3 do DAE de pagamento, relativamente ao código de receita para 1755 e número ao AI para 943.135.710

O autuante prestou informação fiscal à fl. 51 dos autos, dizendo que mantém o Auto de Infração, confirmando que as mercadorias estavam desacompanhadas de documentação fiscal, sendo apresentada a Nota Fiscal 0070 após iniciada a ação fiscal, conforme descrito no Termo de Apreensão de nº 147616.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir ICMS sob a acusação de que foram encontradas mercadorias (vinte e um bovinos) desacompanhadas de documentação fiscal, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias de nº 147616 à fl. 02 do PAF.

No mencionado Termo de Apreensão consta a informação de que foi apresentada a GTA 199914, e o contribuinte alegou que havia sido emitida a nota fiscal correspondente, mas que não teria sido entregue ao transportador. A Nota Fiscal 0070 foi apresentada após o início da ação fiscal, por isso, não foi considerada.

De acordo com a GTA 19914 à fl. 07, o gado bovino tinha como procedência (remetente) Raimundo Tomaz de Aquino, tendo como destinatário José Inaldo Torres de Brito, no Município de Paulista – PE, e conforme o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo, o transporte foi realizado pela empresa Na Rotta do Boi Norte Nordeste Agropecuária Ltda.

Por outro lado, a Nota Fiscal 0070, fl. 03, foi emitida pela empresa Na Rotta do Boi Norte Nordeste Agropecuária Ltda., tendo como destinatário José Inaldo Torres de Brito. Portanto, existe divergência entre o remetente da mercadoria constante no GTA e na Nota Fiscal 0070.

O art. 6º, da Lei nº 7.014/96, prevê a responsabilidade do transportador, por solidariedade, conforme reproduzido abaixo:

***Art. 6º** São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito:*

III - os transportadores em relação às mercadorias:

- a) que entregarem a destinatário diverso do indicado na documentação;***
- b) procedentes de outra unidade da Federação sem destinatário certo no território baiano;***
- c) que forem negociadas no território baiano durante o transporte;***
- d) que conduzirem sem documentação fiscal comprobatória de sua procedência ou destino, ou acompanhadas de documentação fiscal inidônea;***

Assim, de acordo com o art. 6º, inciso III, alínea “d”, da Lei 7.014/96, a legislação atribui a responsabilidade solidária ao transportador que receber para transportar e para entregar, mercadoria desacompanhada de documentação fiscal exigível ou com documento inidôneo, haja vista que no momento da entrega do volume para ser transportado, o transportador tem amparo legal para exigir que o seu conteúdo esteja de acordo com a respectiva nota fiscal.

Pelo que consta nos autos, no momento da ação fiscal o autuado não exibiu documento fiscal comprovando a regularidade da mercadoria encontrada. O Termo de Apreensão constitui prova

material da falta de apresentação do documento fiscal, no início da ação fiscal, e a nota fiscal apresentada após o início da ação fiscal, não consta o autuado como remetente da mercadoria.

Observo que apesar de ter sido caracterizada a infração apurada, não foram lavrados o Termo de Apreensão e Ocorrências à fl. 02, e o Auto de Infração, em nome do detentor da mercadoria apreendida. A GTA não comprova que o autuado era, efetivamente, o detentor no momento da apreensão, e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo à fl. 08, comprova que o transportador era o emitente da Nota Fiscal 0070, a empresa Na Rotta do Boi Norte Nordeste Agropecuária Ltda.

Pelo que consta dos autos, a autuação contém um vício que afeta a sua eficácia, qual seja, a acusação fiscal se refere à realização de operação sem documentação fiscal, mas o Auto de Infração não foi lavrado contra o detentor da mercadoria em situação irregular, o transportador.

Vale ressaltar, que é nulo o procedimento que não contenha elementos suficientes para se determinar, com precisão, a infração e o infrator, conforme art. 18, IV, “a”, do RPAF/99. Assim, concluo que é nula a autuação fiscal, devido à mencionada falha insanável.

Face ao exposto, voto pela NULIDADE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULO** o Auto de Infração nº **943135-710**, lavrado contra **RAIMUNDO TOMAZ DE AQUINO**.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de setembro de 2011

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA